

Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Sequoia Logística e Transportes S.A.

31 de dezembro de 2023

com Relatório do Auditor Independente

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração

Relatório do comitê de auditoria

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais..... 8

Demonstrações dos resultados 10

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 13

Demonstração do valor adicionado 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 15

Relatório da administração da Sequoia Logística e Transportes S.A.

Prezados Senhores, A Administração da Sequoia Logística e Transportes S.A. (“Companhia”) submete à sua apreciação o Relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da administração

2023: um ano desafiador, de ajuste na rota, mas com conquistas e aprendizados importantes para a criação de uma nova história pautada na retomada do crescimento sustentável.

O ano de 2023 foi um ano atípico na história da Companhia, mas ainda assim, foi um ano de grande aprendizado e evolução. Desde o fim de 2022, sabíamos que enfrentaríamos grandes desafios, mas estávamos comprometidos em avançarmos com foco em rentabilidade e geração de caixa e com isso, nesse ano, iniciamos o nosso Projeto de Reestruturação.

O Projeto de Reestruturação foi uma iniciativa estratégica por meio da qual a Companhia descontinuou rotas e clientes de menor rentabilidade. Com isso, a Companhia, deu foco as operações de B2C e B2B Leves, que apresentam maior rentabilidade e maior potencial de sinergia operacional.

Como todo processo de Reestruturação, enfrentamos desafios calculados, como: redução intencional de faturamento (queda de 59,3% contra o ano de 2023), aumento de custos e despesas (especialmente relacionados com rescisões e alta ociosidade de bases e rotas) e alguns contratemplos não previstos como a restrição de crédito no início do ano, com a redução abrupta das linhas de risco sacado em que operávamos e que trouxe alguns desafios operacionais para a condução do Projeto de Reestruturação. No entanto, nesse cenário adverso, ao longo do ano, traçamos planos de ação para corrigir a rota e nos colocar de volta aos trilhos traçados.

Ao longo do ano de 2023, trabalhamos com importante avanços:

- (1) **aumento de capital privado** no 2T23 na ordem de R\$ 99,7 milhões, que possibilitaram avanços importantes nas reduções de custos e despesas no início do segundo semestre de 2023
- (2) **reestruturação da dívida financeira**, de forma a garantir a retomada operacional e a perenidade:
 - a. Migração de R\$242MM das Debêntures simples - 3ª emissão - (79% do total) para novas Debêntures conversíveis mandatórias em ações e como consequência, redução de mais de 30% do saldo da dívida bruta
 - b. Injeção de Capital de R\$100 milhões no 4T23 com “use of proceeds” dedicado exclusivamente à atividade operacional
 - c. Alongamento do saldo remanescente das Debêntures da 3ª emissão para carência de pagamento de juros por 3 anos e amortização de principal bullet em 6 anos
 - d. Celebração do Acordo de Reestruturação de Dívida Global em dezembro de 2023 com os principais credores da Companhia, o que permitirá a conversão de aproximadamente R\$ 320 milhões em instrumentos conversíveis mandatoriamente em ações e o alongamento do saldo remanescente de aproximadamente R\$90 milhões com amortização até 2031 com período de carência de 3 anos de juros e 5 anos de principal.
- (3) **redução de custos e despesas** com desmobilização de bases e rescisões, que no primeiro momento gerou grande pressão na margem bruta, mas que ao longo de 2024, gerará significativas economias e maior rentabilidade para a operação.
- (4) **venda de ativo não estratégico**: em novembro de 2023, concluímos a venda da nossa participação na Lincros, *logtech* adquirida em 2021. Os recursos da venda (R\$ 22 milhões, com uma combinação de recebimento em 2023 e pagamentos futuros parcelados) serão utilizados para reforço do capital de giro no plano de retomada.

- (5) **M&A com a MOVE3**¹: a combinação de negócios trará complementariedade à operação da Sequoia e sinergias operacionais importantes, com benefícios para os nossos clientes e parceiros.

MENSAGEM FINAL

Ainda que em 2023 o remédio tenha sido amargo, ele foi necessário para pavimentar o caminho de 2024 para alcançarmos a nossa retomada sustentável e manter nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade aos nossos clientes.

Encerramos um ano desafiador para a Companhia, com o sentimento de que o comprometimento de todo o time ajudou a escrever uma nova história: dívida reestruturada, balanço fortalecido, foco em rentabilidade com a implantação de um amplo processo de redução de custos fixos e despesas e culminando com o início de uma nova fase com a combinação de negócios com o Grupo Move3, que devolverá a Cia ao patamar de receitas acima de R\$1,5 bilhões agregando novos clientes e novas linhas de atuação.

Investimentos

Historicamente, os investimentos da Companhia são, em sua maioria, direcionados: (i) à expansão e automação dos Centros de Distribuição, Hubs e Filiais, com a ampliação da capilaridade e reflexo positivo na eficiência operacional da Companhia; e (ii) à capacitação tecnológica de armazenagem e processamento de dados, desenvolvimento de softwares e processos de integração com novos clientes. Em 2023, o CAPEX atingiu R\$ 11,4 milhões, representando 1,5% da Receita operacional líquida

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Alavancagem Financeira da Companhia (dívida líquida / PL) foi de 4,1x. Em outubro de 2023, a Companhia concluiu a 4ª emissão de Debêntures mandatoriamente conversíveis em ações. Tal emissão foi realizada em duas

¹ Evento subsequente: em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Memorando de Entendimentos Vinculantes entre a Sequoia e o Grupo MOVE3. Em 28 de março de 2024, o acordo final foi assinado.

séries e teve a conversão de 78,7% do saldo atualizado em outubro das Debêntures da 3ª emissão, além de uma captação de R\$ 100 milhões de reais.

Adicionalmente, em dezembro de 2023, a Companhia celebrou Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias com os principais credores para conversão da dívida e alongamento do saldo remanescente.

Destaca-se ainda que a Companhia segue adimplente com todos os seus covenants de endividamentos.

Governança corporativa

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável.

Novo Mercado:

A Sequoia é a 155ª listada no Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa, cujos recursos captados com a abertura de capital foram direcionados para expandir a sua atuação mediante aquisições e investimentos em automação logística e em novas tecnologias.

Administração:

O Conselho de Administração da Sequoia é composto por 5 conselheiros, sendo 2 independentes. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por 4 diretores. A lista com nome, descrição de cargo e breve currículo dos administradores pode ser encontrada na área de Governança no website ri.sequoialog.com.br.

Comitê de Auditoria: é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e que tem como objetivo a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa da Companhia, bem como a estruturação dos processos relacionados à gestão de riscos a revisão das demonstrações financeiras. Atualmente, o Comitê é composto por 3 membros, sendo 2 membros independentes, conforme orientação constante do Regulamento do Novo Mercado.

Ética e Compliance: A Companhia possui um Código de Conduta e Ética que trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta. Em qualquer relação, espera-se que todos respeitem as orientações previstas no Código de Conduta e Ética e demais políticas internas complementares. A Companhia possui uma área de Compliance, responsável pelas rotinas de conformidade e controles, que conduz o recebimento e a apuração de denúncias sobre o descumprimento às normas de governança, os treinamentos e a divulgação das normas, códigos e diretrizes de Compliance.

Relacionamento com o auditor independente

Ao longo do exercício de 2023, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Data das reuniões realizadas: o Comitê de auditoria se reuniu ordinariamente em 15 de maio de 2023, 14 de agosto de 2023 e em 13 de novembro de 2023.

Principais assuntos discutidos e recomendações feitas ao Conselho da Administração:

Avaliação e recomendação de aprovação das informações contábeis intermediárias (ITR) relativas ao 1T23, 2T23 e 3T23, respectivamente nas datas indicadas acima.

Adicionalmente, o Comitê de auditoria se reuniu ordinariamente na data e nos termos abaixo indicados:

Data, hora e local: Reunião ordinária realizada às 09hs do dia 27 de março de 2024.

Instalação e Presença: Reunião instalada com dispensa de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do comitê de auditoria, a saber: Eric Macchione Monteiro da Fonseca, Marcelo Adilson Tavarone Torresi e Bruno Marino Gomes.

Os membros do Comitê de Auditoria tiveram prévio acesso à apresentação disponibilizada durante a reunião, que continha os seguintes principais assuntos:

Ordem do dia: deliberar sobre:

1. Avaliação e recomendação de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023
2. Contratação de auditoria externa para 2024
3. Auditoria interna.

Deliberações: Após discussão dos assuntos da ordem dia, os membros do comitê de auditoria, por unanimidade, decidem o quanto segue:

1. **Avaliação das Demonstrações financeiras de 2023:** Os membros do Comitê de Auditoria, após a apresentação realizada pela Controladoria da Companhia e os comentários da Auditoria Externa EY, manifestaram a sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023. O Comitê de Auditoria avaliou todos os temas relevantes apresentados pela Controladoria da Companhia durante a reunião e, adicionalmente, os temas descritos no Relatório de Administração e nas Demonstrações Financeiras auditadas pela EY relativas a 31 de dezembro de 2023. Assim, os membros do comitê de auditoria recomendam sua aprovação, sem ressalvas, pelo Conselho de Administração da Companhia.
2. **Contratação de auditoria externa para 2024:** Os membros do Comitê de Auditoria decidiram pela manutenção da EY como auditoria externa, estando pendente a discussão sobre o valor dos honorários e plano de trabalho para 2024.
3. **Auditoria interna:** Os membros do Comitê de Auditoria, após a apresentação realizada pela Controladoria da Companhia sobre o resultado dos trabalhos realizados do Plano de auditoria de 2024, decidiram pela realização do monitoramento dos planos de ações que foram estipulados para a implementação das melhorias.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 59/21, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Embu das Artes, 28 de março de 2024.

Armando Marchesan Neto
Diretor Presidente

Ian Masini Monteiro de Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 59/21, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Embu das Artes, 28 de março de 2024.

Armando Marchesan Neto
Diretor Presidente

Ian Masini Monteiro de Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da
Sequoia Logística e Transportes S.A.
Embu das Artes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Sequoia Logística e Transportes S.A. incorreu no prejuízo de R\$822.222mil, controladora e consolidado, durante o exercício de 31 dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$394.257mil e R\$458.104mil, controladora e consolidado, respectivamente. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

A Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$487.534 mil e está divulgado na Nota 10 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro; (ii) envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados; (iii) verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota 10.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as

respectivas divulgações na Nota 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota 21. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$207.821mil e R\$240.729mil controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse item foi considerado principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela diretoria, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela diretoria com os dados históricos de estimativas passadas com as efetivas realizações das mesmas; (ii) avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura; (iii) avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota Explicativa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita operacional líquida

Conforme mencionado na Nota 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece a receita operacional líquida na prestação de serviços com base nas obrigações de performance previstas nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas, conforme definido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15).

A complexidade envolvida na identificação da conclusão das obrigações de performance verificada quando da finalização da prestação dos serviços formalizados no contrato e que é realizada com base na entrega dos serviços que estão formalizados em contrato, bem como os

potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento da receita nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo valores faturados e provisão dos valores a faturar; (ii) análise das faturas ou pré-faturas emitidas para identificar as relações dos serviços prestados; e (iii) aceite do cliente sobre os serviços prestados e obrigações de performance satisfeitas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita operacional líquida de prestação de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

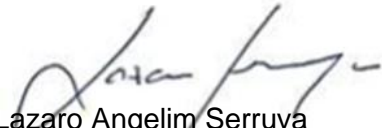
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.238	113.796	30.045	119.350
Aplicações financeiras restritas	5	-	10.038	-	6.927
Contas a receber	6	152.774	234.208	222.862	351.722
Tributos a recuperar	7	34.534	41.353	57.633	70.277
Adiantamentos		3.839	15.875	4.633	18.723
Despesas antecipadas		5.732	5.092	8.856	6.973
Demais contas a receber		9.316	7.171	9.806	16.683
Total do ativo circulante		229.433	427.533	333.835	590.655
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	5	-	36.883	-	36.883
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.4	-	-	6.232	35.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	207.821	90.103	240.729	112.843
Partes relacionadas	22	15.354	13.611	1.843	-
Depósitos judiciais		2.929	397	16.920	11.609
Demais contas a receber	-	6.084	-	6.084	-
Opções de compra de investimento	8.2	-	9.049	0	9.049
Investimentos	8	373.771	595.932	4.046	32.939
Imobilizado	9	78.926	88.769	117.369	141.635
Intangível	10	176.749	193.842	630.672	693.453
Direito de uso	12	194.962	256.310	203.402	318.401
Total do ativo não circulante		1.056.596	1.284.896	1.227.297	1.392.196
Total do ativo		1.286.029	1.712.429	1.561.132	1.982.851

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13.1	109.751	153.431	140.272	182.407
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	261.621	30.399	269.552	20.605
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	32.019	39.374	32.019	39.374
Passivo de arrendamento	12	55.404	51.262	62.038	81.189
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	121.109	83.844	238.281	149.100
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.4	1.575	4.465	4.622	31.524
Outros passivos	13.2	42.211	19.982	45.155	12.441
Total do passivo circulante		623.690	382.757	791.939	516.640
Não circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13.1	8.381	-	10.299	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	184.191	488.530	184.191	489.660
Passivo de arrendamento	12	195.805	249.677	201.688	288.185
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	5	-	-	-	10.212
Partes relacionadas	22	97.980	58.893	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	39.831	5.554	57.678	39.468
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.4	1.638	14.237	17.211	21.622
Provisões para demandas judiciais	15	16.947	7.256	180.560	109.401
Provisão para perda com investimento	8	-	7.197	-	6.122
Outros passivos	13.2	-	-	-	152
Total do passivo não circulante		544.773	831.344	651.627	964.822
Total do passivo		1.168.463	1.214.101	1.443.566	1.481.462
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	915.155	655.649	915.155	655.649
Gastos com emissão de ações	16.1	(69.317)	(24.247)	(69.317)	(24.247)
Reserva de capital	16.3	8.225	6.148	8.225	6.148
Reserva de lucro	16.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Debêntures conversíveis	16.4	224.947	-	224.947	-
Prejuízos acumulados		(971.413)	(149.191)	(971.413)	(149.191)
		117.566	498.328	117.566	498.328
Participação de quotistas não controladores no FIDC Sequoia	5	-	-	-	3.061
		117.566	498.328	117.566	501.389
Total do passivo e patrimônio líquido		1.286.029	1.712.429	1.561.132	1.982.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	17	587.707	1.296.354	744.741	1.804.323
Custos dos serviços prestados	18	(627.939)	(971.809)	(831.536)	(1.490.718)
Margem bruta		(40.232)	324.545	(86.795)	313.605
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	18	(316.808)	(248.644)	(552.729)	(320.205)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(19.405)	58.730	(60.189)	75.104
Resultado de equivalência patrimonial	8	(366.779)	(94.934)	(3.519)	(8.110)
		(702.992)	(284.848)	(616.437)	(253.211)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(743.224)	39.697	(703.232)	60.394
Despesas financeiras	20	(202.752)	(185.124)	(255.281)	(211.119)
Receitas financeiras	20	6.036	14.212	8.405	18.770
		(196.716)	(170.912)	(246.876)	(192.349)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(939.970)	(131.215)	(950.108)	(131.955)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	-	(714)	-	(714)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	117.718	25.057	127.886	25.797
Prejuízo do exercício		(822.222)	(106.872)	(822.222)	(106.872)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	16.5	(4,32402)	(0,76331)		
Prejuízo diluído por ação	16.5	(4,32402)	(0,76331)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)	(822.222)	(106.872)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	(822.222)	(106.872)	(822.222)	(106.872)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reserva de lucros					
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures convertíveis	Total	Participação de quotistas não controladores no FIDC Sequoia	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	653.872	(24.247)	3.556	9.969	(42.319)	-	600.831	-	600.831
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(106.872)	-	(106.872)	-	(106.872)
Aumento de capital	1.777	-	-	-	-	-	1.777	-	1.777
Plano de pagamento com base em ações	-	-	2.592	-	-	-	2.592	-	2.592
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	-	-	-	-	3.061	3.061
Saldos em 31 de dezembro de 2022	655.649	(24.247)	6.148	9.969	(149.191)	-	498.328	3.061	501.389
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(822.222)	-	(822.222)	-	(822.222)
Aumento de capital	100.169	(111)	-	-	-	-	100.058	-	100.058
Plano de pagamento com base em ações	-	-	2.077	-	-	-	2.077	-	2.077
Integralização de debêntures convertíveis	-	-	-	-	-	341.546	341.546	-	341.546
Conversão de debêntures em capital	159.337	(44.959)	-	-	-	(116.599)	(2.221)	-	(2.221)
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	-	-	-	-	(3.061)	(3.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	915.155	(69.317)	8.225	9.969	(971.413)	224.947	117.566	-	117.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(939.940)	(131.215)	(950.108)	(131.955)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	680.099	332.619	529.813	278.242
Depreciação e amortização	70.045	59.405	150.971	156.296
Resultado de equivalência patrimonial	366.779	94.934	3.519	8.110
Juros provisionados	131.652	104.921	142.251	118.804
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	15.351	32.429	15.351	32.429
Ajuste de preço	(8.943)	(5.942)	36.732	(5.942)
Plano de pagamento com base de ações	2.077	2.592	2.077	2.592
Perda / (ganho) com venda de investimento	9.507	(13.732)	9.507	(13.732)
Valor justo das opções de compra de investimento	-	(2.023)	-	(2.023)
Provisões (reversões) e outros itens que não afetam caixa	93.631	60.035	169.405	(18.292)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	(259.841)	201.404	(420.295)	146.287
Varições nos ativos e passivos operacionais	126.713	22.483	141.013	(94.371)
Contas a receber	4.832	(8.767)	24.267	(13.224)
Adiantamentos e Despesas antecipadas	11.396	3.550	12.207	2.163
Impostos a recuperar	7.400	(24.812)	13.225	(45.503)
Partes relacionadas	57.344	39.242	(1.843)	-
Fornecedores	(35.298)	26.904	(31.988)	6.876
Obrigações trabalhistas e tributárias e pagamentos de processos	74.205	14.718	109.569	328
Depósito judicial	(2.532)	154	(5.311)	(2.425)
Outros ativos e passivos operacionais	9.366	(28.506)	20.887	(42.586)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(133.128)	223.887	(279.282)	51.916
Atividades de investimento				
Acréscimo de imobilizado e intangível	(8.069)	(49.355)	(11.429)	(59.589)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	(173.063)	(219.614)	-	-
Investimento em controlada em conjunto	-	-	(3.207)	(3.220)
Contas a pagar por aquisição de empresas	(11.872)	(24.447)	(19.166)	(44.019)
Recebimento pela venda de investimento	7.500	16.446	7.500	16.446
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(185.504)	(276.970)	(26.302)	(90.382)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	389.192	620.208	408.755	608.883
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(182.233)	(476.158)	(185.671)	(477.572)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.281)	(63.814)	(61.526)	(64.240)
Amortização de arrendamentos	(63.673)	(55.932)	(74.966)	(86.309)
Aumento de capital, líquido dos custos de transação	100.058	1.777	100.058	1.777
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	(13.273)	13.273
Aplicações financeiras restritas	46.011	(10.036)	42.902	(6.927)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	228.074	16.045	216.279	(11.115)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(90.558)	(37.038)	(89.305)	(49.581)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	113.796	150.834	119.350	168.931
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	23.238	113.796	30.045	119.350
	(90.558)	(37.038)	(89.305)	(49.581)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	537.766	1.529.083	616.768	2.149.536
Receita de prestação de serviço	687.197	1.538.036	874.348	2.145.989
Provisão para perdas de crédito esperadas	(129.849)	(68.941)	(196.997)	(73.541)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.582)	59.988	(60.583)	77.088
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(517.048)	(822.286)	(705.466)	(1.122.374)
Custos dos serviços prestados	(411.449)	(712.301)	(512.585)	(1.057.518)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(105.599)	(109.985)	(192.881)	(64.856)
Valor adicionado bruto	20.718	706.797	(88.698)	1.027.162
Retenções	(70.045)	(59.405)	(150.971)	(156.296)
Depreciação e amortização	(70.045)	(59.405)	(150.971)	(156.296)
Valor adicionado líquido produzido	(49.327)	647.392	(239.669)	870.866
Valor adicionado recebido em transferência	(360.468)	(79.999)	5.228	11.678
Resultado de equivalência patrimonial	(366.779)	(94.934)	(3.522)	(8.110)
Receitas financeiras	6.311	14.935	8.750	19.788
Valor adicionado total a distribuir	(409.795)	567.393	(234.441)	882.544
Distribuição do valor adicionado	409.795	(567.393)	234.441	(882.544)
Pessoal e encargos	(212.502)	(259.406)	(310.164)	(429.622)
Remuneração direta	(166.483)	(206.494)	(246.678)	(335.395)
Benefícios	(36.546)	(40.757)	(49.355)	(70.892)
F.G.T.S.	(9.473)	(12.155)	(14.131)	(23.335)
Impostos e taxas e contribuições	13.743	(224.939)	(8.150)	(330.051)
Federais	40.589	(138.889)	30.410	(199.527)
Estaduais	(18.072)	(76.726)	(28.333)	(119.796)
Municipais	(8.774)	(9.324)	(10.227)	(10.728)
Juros e aluguéis	(213.668)	(189.920)	(269.467)	(229.743)
Remuneração de capitais próprios	822.222	106.872	822.222	106.872
Prejuízos Retidos	822.222	106.872	822.222	106.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo, Brasil.

Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística "*indoor e outdoor*", consolidada e fracionada, gestão operacional de armazém ("*fulfillment*"), transporte rodoviário e entregas urbanas para clientes de diversos setores. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Adicionalmente, A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando

A Companhia apresenta um prejuízo acumulado de R\$971.413 em 31 de dezembro de 2023 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R\$394.257 e R\$364.406, respectivamente, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia estruturou um plano de negócios e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados e atuou junto aos credores visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados durante o trimestre findo em 31 dezembro de 2023 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras:

- i) Waiver para não pagamento de juros remuneratórios das debêntures
- ii) Waiver para não pagamento do valor nominal unitário das debêntures
- iii) Waiver para não medição dos covenants das debêntures
- iv) Reestruturação da 3ª emissão de debêntures
- v) 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures
- vi) Venda de ativos
- vii) Reestruturação das dívidas bancárias
- viii) Aquisição da Move3

A seguir detalhamos os itens acima

Na AGD ocorrida em 4 de outubro de 2023, foi aprovada a concessão de waiver para não pagamentos das parcelas de Remuneração e Valor Nominal Unitário e não medição de eventual descumprimento dos covenants no período de outubro de 2023 a dezembro de 2025. Ainda, nessa mesma AGD, alterou-se a remuneração para 100% do DI e a data de vencimento foi para novembro de 2029.

Em 18 de outubro de 2023, a Companhia encerrou a oferta pública para emissão de 341.546 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com valor de R\$1 (4º emissão), perfazendo o total de R\$341.546, sendo R\$241.546 da Primeira Série, que foram integralizados mediante a entrega de créditos detidos pelos proprietários das debêntures da 3º emissão e R\$100.000 da Segunda Série, que foram integralizadas em moeda corrente nacional. Ainda, a Companhia emitiu R\$16.000 (5º emissão) em debêntures que serão integralizadas em moeda corrente e, conforme nota 26, teve aprovada em Conselho de Administração a 6º emissão em debêntures no montante de até R\$470.000 mil. Em novembro de 2023, a Companhia conclui a venda de sua participação em uma investida e continua na busca pela venda de outros ativos que não são essenciais para os negócios. Além disso, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro de forma a repactuar os termos e condições dos contratos vigentes.

Conforme nota 26, a aquisição da Move3 contribuirá para que a Companhia possa incrementar patamares de receitas, além de ganhos de sinergias em custos e despesas.

Visando a redução do prejuízo, a Companhia identificou clientes e operações que não estavam contribuindo com a melhora na performance e deixou de prestar serviços a esses, como no caso dos clientes que operam com a linha “Pesados”. Ainda, revisou os contratos com fornecedores e prestadores de serviços e revisou a estrutura administrativa para fazer frente ao novo cenário apresentado. A concretização das ações mapeadas se encontra parcialmente refletidas nessas demonstrações financeiras, contudo, algumas negociações ainda se encontram em andamento até a data de emissão dessas demonstrações financeiras e, ao completar essas ações, a Companhia acredita que irá voltar a operar com margem bruta positiva e agregando valor ao resultado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. Base de consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

O resultado das controladas adquiridas é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na Companhia consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

As demonstrações financeiras individuais consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2023	2022
Transportadora Americana Ltda. (“Transportadora Americana”)	(a) Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Lithium Software Ltda. (“Frenet”)	(b) Plataforma digital	Brasil	100%	100%
SF 350 Ltda. (“SFX”)	(c) Intermediação	Brasil	100%	100%
Sequoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Sequoia”)	(d) Fundo de investimento	Brasil	-	47%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020.

(b) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021.

(c) SFX foi constituída em 2 de setembro de 2021 e está sem atividades desde sua constituição.

(d) FIDC Sequoia foi regulamentado a partir de 22 de março de 2022 e finalizado em 29 de dezembro de 2023.

A Companhia não possui controle sobre as seguintes empresas nas quais possui participação societária e, portanto, as mesmas são apresentadas no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2023	2022
GHSX Tecnologia e Intermediação ("Drops")	(e) Intermediação	Brasil	51%	51%
Lincros Soluções em Software S.A. ("Lincros")	(f) Plataforma digital	Brasil	-	41%

(e) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado.

(f) Participação societária na Lincros com controle compartilhado adquirida em 11 de novembro de 2021 e vendida em 17 de novembro de 2023.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério.

4.1 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável.

4.2. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia possui um único cliente que representa mais de 10% da receita bruta.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte.

4.3. Pronunciamentos novos e revisados

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As novas normas ou alterações descritas a seguir não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Definição de estimativas - Alteração ao IAS 8
- Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alteração ao IAS 12

- Reforma tributária internacional – Regra do modelo do Pilar Dois – Alteração ao IAS 12

As seguintes alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras:

- Divulgação de políticas contábeis – Alteração do IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*

4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“impairment test”) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O

valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma

grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuições sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado

ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2023 e 2022.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Controladora					
Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo	
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	23.238	-	23.238	23.238
Contas a receber	Nível 2	-	152.774	152.774	152.774
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(118.132)	(118.132)	(118.132)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(445.812)	(445.812)	(445.812)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(32.019)	-	(32.019)	(32.019)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(58.355)	(58.355)	(58.355)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(3.213)	(3.213)	(3.213)

Consolidado					
Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo	
Saldos em 31 de dezembro de 2023					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	30.045	-	30.045	30.045
Contas a receber	Nível 2	-	222.862	222.862	222.862
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(150.571)	(150.571)	(150.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(453.743)	(453.743)	(453.743)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(32.019)	-	(32.019)	(32.019)
Parcelamentos de impostos	Nível 2	-	(84.644)	(84.644)	(84.644)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(21.833)	(21.833)	(21.833)

Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou

de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. Os saldos de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutralizam parcialmente esse efeito.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	445.812	518.929	453.743	510.265
Instrumentos financeiros derivativos	32.019	39.374	32.019	39.374
Contas a pagar por aquisição de investimentos	3.213	18.702	21.833	53.146
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas	(23.238)	(160.717)	(30.045)	(163.160)
Dívida líquida	457.806	416.288	477.550	439.625
Patrimônio líquido	117.566	498.328	117.566	501.389
Patrimônio líquido e dívida líquida	575.372	914.616	595.116	941.014

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

Nível 2

Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos, obrigações com quotistas do FIDC Sequoia e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Operações com instrumentos derivativos

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de *equity swap*, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022. Esse contrato foi classificado como instrumentos financeiros derivativos e reconhecido inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro.

Os contratos de swaps firmados no âmbito do *equity swap*, possuem o valor nominal indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague um taxa pós-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3.

O valor justo dos contratos de swap foi calculado considerando os índices divulgados pela Bm&fBovespa S.A., os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	2023	Consolidado		
			Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	453.743	(2.643)	(13.215)	(26.431)
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento do CDI	32.019	(187)	(933)	(1.865)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	21.833	(127)	(636)	(1.272)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	4.646	(26)	(108)	(180)
	CDI (aumento) ¹⁾	11,65%	12,23%	14,56%	17,48%
	CDI (queda) ¹⁾	11,65%	11,10%	9,32%	7,77%

1) CDI divulgado pela CETIP.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	85	112	143	234
Bancos conta movimento	19.302	6.363	25.256	9.339
Aplicações financeiras (a)	3.851	107.321	4.646	109.777
Caixa e equivalentes de caixa	23.238	113.796	30.045	119.350
Aplicações financeiras restritas (b)	-	36.883	-	36.883
Quotas do FIDC Sequoia (c)	-	10.038	-	-
Fundo de investimento não exclusivo	-	-	-	6.979
	23.238	160.717	30.045	163.212

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI.

(b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e foi liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acréscido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR.

(c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotistas no FIDC Sequoia", no Patrimônio líquido.

6. Contas a receber

Ativos de contrato

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

Passivos de contrato

Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia e suas controladas lhes transfiram bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato.

A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na Nota 4.5 Instrumentos financeiros - Redução do valor recuperável de ativos financeiros.

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes nacionais	95.812	151.774	202.095	250.615
Clientes a faturar (a)	109.185	125.828	100.110	165.615
	204.997	277.602	302.205	416.230
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(52.223)	(43.394)	(79.343)	(64.508)
	152.774	234.208	222.862	351.722

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	123.929	195.827	144.304	293.391
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	3.699	12.475	12.479	20.529
Vencidos de 31 a 90 dias	4.469	12.240	9.027	21.057
Vencido de 91 a 180 dias	13.000	9.411	21.285	21.927
Vencido de 181 a 365 dias	36.421	20.948	60.121	43.106
Vencidos há mais de 365 dias	23.479	26.701	54.989	16.220
Subtotal - vencidos	81.068	81.775	157.901	122.839
	204.997	277.602	302.205	416.230

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(11.995)	(21.534)
Adição	(31.399)	(42.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(43.394)	(64.508)
Adição	(8.829)	(14.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(52.223)	(79.343)

O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 97 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2022).

7. Impostos a recuperar

A composição do saldo dos impostos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (a)	17.291	29.736	22.783	37.768
ICMS (b)	-	-	2.153	2.933
IRPJ e CSLL - antecipação	-	231	1.413	1.494
INSS (c)	10.057	6.019	23.965	22.226
Impostos retidos	5.873	4.541	5.887	5.031
Outros	1.313	826	1.432	825
	34.534	41.353	57.633	70.277

- (a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R\$5.999 (principal) nos impostos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período.
- (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada.
- (c) Refere-se, substancialmente, ao recálculo do INSS pago ao Sistema S tendo como base o limite de 20 salários-mínimos ao invés de ter como base a folha de pagamento.

8. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento em controladas e *joint ventures* inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investimentos em controladas	369.725	561.918	-	-
Investimentos em controlada em conjunto	4.046	1.480	4.046	1.480
Investimento em coligada	-	25.337	-	25.337
	373.771	588.735	4.046	26.817
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	373.771	595.932	4.046	32.939
Provisão para perda com investimento	-	(7.197)	-	(6.122)
	373.771	588.735	4.046	26.817

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora					
	Transportadora					
	Americana	Direcional	Frenet	Drops	Lincros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	212.890	196.293	23.165	1.237	30.470	464.055
Resultado de equivalência patrimonial	(84.949)	4.438	(6.313)	(2.978)	(5.132)	(94.934)
Adiantamento para futuro aumento de capital e						
Aumento de capital	174.986	36.958	4.450	3.220	-	219.614
Incorporação societária	237.689	(237.689)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	540.616	-	21.302	1.479	25.338	588.735
Resultado de equivalência patrimonial	(359.973)	-	(3.287)	(640)	(2.879)	(366.779)
Adiantamento para futuro aumento de capital e						
Aumento de capital	151.569	-	18.287	3.207	-	173.063
JSCP de 2019, reclassificado em 2023	1.211	-	-	-	-	1.211
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	333.423	-	36.302	4.046	-	373.771
Controladas	289.063	-	15.662	-	-	304.725
Controlada em conjunto	-	-	-	4.046	-	4.046
Ágio na aquisição de investimento	44.358	-	20.641	-	-	64.999
Investimentos	333.423	-	36.302	4.046	-	373.771

	Consolidado		
	GHSX	Lincros	Total
		(a)	
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.237	30.470	31.707
Resultado de equivalência patrimonial	(2.978)	(5.132)	(8.110)
Adiantamento para futuro de capital	3.220	-	3.220
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.479	25.338	26.817
Resultado de equivalência patrimonial	(640)	(2.879)	(3.519)
Adiantamento para futuro de capital	3.207	-	3.207
Transferência para ativo mantido para venda	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.046	-	4.046
Controlada em conjunto	4.046	-	4.046
Investimento	4.046	-	4.046

(a) O saldo de Ágio na aquisição de investimento (que contempla ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição do investimento) são apresentados como Investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza.

As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2023					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	669.200	(380.137)	(289.063)	144.059	(348.317)
Frenet	18.865	(15.127)	(3.738)	14.269	(1.550)

31 de dezembro de 2022					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	864.392	(379.280)	(485.112)	190.241	(82.037)
Direcional	-	-	-	220.933	13.947
Frenet	8.076	(9.151)	1.075	9.706	(4.575)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2023							
Investida	% de participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	9.232	(14.394)	5.162	6.513	(1.255)

31 de dezembro de 2022							
Investida	% de Participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	5.453	(9.358)	3.905	41	(6.074)
Lincros	41%	41%	10.223	(8.942)	(1.281)	(26.392)	(7.737)

8.2.Venda da Lincros

Em maio de 2023, a Companhia publicou a decisão de alienar ativos não estratégicos visando uma estratégia de reforço de aumento de capital. Naquele momento, o investimento na Lincros atendeu os critérios para classificação como Ativo não circulante mantido para venda.

A Lincros atua em uma plataforma de contratação de fretes, roteirização, monitoramento, controle e auditoria de fretes.

Em 17 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a venda do investimento na Lincros, pelo valor total de R\$22.000. Esse valor será recebido de forma parcelada até novembro de 2026, sendo o saldo a receber apresentado no grupo de “Demais contas a receber” e o resultado da venda apresentado no resultado em “Outras receitas e despesas”:

	R\$
Ativo	
Ágio na aquisição de investimento	29.697
Opção de compra de investimento	9.049
Ativo classificado como mantido para venda	38.746
Passivo	
Provisão para perda com investimento	(7.239)
Obrigações diretamente associadas ao ativo classificado como mantido para venda	(7.239)
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo do ativo mantido para venda	31.508
Valor de venda	(22.000)
Prejuízo contábil na venda	9.508

8.3.Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

Controladora								
Adquirida	2022	Pagamentos	Reembolso			2023	Circulante	Não circulante
			Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora								
Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(157)	578	421	-	421
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
	18.702	(11.871)	(8.943)	2.089	3.236	3.213	1.575	1.638

- (a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor.

Controladora								
Adquirida	2021	Pagamentos	Reembolso			2022	Circulante	Não circulante
			Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Yep	18.121	(12.550)	(5.942)	-	371	-	-	-
Lótus	7.750	-	-	-	959	8.709	-	8.709
Nowlog	3.946	-	-	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora								
Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	-	-	-
Direcional	3.670	-	-	(4.102)	432	-	-	-
Frenet	15.727	(9.546)	-	-	669	6.850	2.716	4.134
Lincros	909	(909)	-	-	-	-	-	-
	55.597	(30.389)	(4.318)	(7.310)	5.122	18.702	4.465	14.237

Consolidado								
Adquirida	2022	Pagamentos	Reembolso			2023	Circulante	Não circulante
			Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora								
Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(156)	577	421	-	421
Prime	-	(1.954)	3.744	(198)	744	2.336	1.520	816
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
Plimor (b)	34.444	(5.342)	(14.893)	(1.327)	3.402	16.284	1.527	14.757
	53.146	(19.167)	(20.092)	565	7.381	21.833	4.622	17.211

- (a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R\$7.343, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.
- (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Plimor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R\$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

Consolidado								
Adquirida	2021	Reembolso				2022	Circulante	Não circulante
		Pagamentos	Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Yep	18.121	(12.550)	(5.942)	-	371	-	-	-
Lótus	7.750	-	-	-	959	8.709	-	8.709
Nowlog	3.946	-	-	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora								
Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	-	-	-
Direcional	3.670	-	-	(4.102)	432	-	-	-
Prime	10.547	(323)	-	(11.484)	1.260	-	-	-
Frenet	15.727	(9.546)	-	-	669	6.850	2.716	4.134
Plimor	54.681	(19.572)	-	(6.367)	5.702	34.444	27.059	7.385
Lincros	909	(909)	-	-	-	-	-	-
	120.825	(50.284)	(4.318)	(25.161)	12.084	53.146	31.524	21.622

8.4. Ativos de indenização na aquisição de empresas

Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores.

A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2023	2022
Transportadora Americana (a)	-	30.301
Direcional	3.057	1.440
Prime	3.175	3.643
Plimor	-	-
	6.232	35.384

- (a) As garantias fidejussórias fornecidas pelo vendedor da Transportadora Americana, registradas no âmbito da combinação de negócios realizadas em fevereiro de 2020, sendo lançadas contra o ágio (sem afetar o resultado), foram baixadas ao resultado em 2023, na conta de Outras despesas, dado que a Companhia assinou um acordo com o vendedor no sentido de que nenhuma obrigação é mais devida entre as partes, incluindo dívidas da aquisição das quotas da Transportadora Americana e de imóveis alugados pela Companhia que tiveram os seus contratos distratados.

9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição ou substituição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de

reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A Administração não identificou indicadores de impairment para os exercícios findos em 2023 e 2022.

A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora								Total
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2022	31.148	8.271	19.891	5.201	16.143	17.117	24.363	6.163	128.297
Adições	784	1.778	16.573	2.418	7.873	7.535	(2.143)	914	35.732
Baixas	(632)	-	-	-	-	-	-	-	(632)
Transferências	2.430	2	-	-	(4.980)	(1)	-	2.549	-
Em 31 de dezembro de 2022	33.730	10.051	36.464	7.619	19.036	24.651	22.220	9.626	163.397
Adições	86	-	48	71	1.036	-	5.525	12	6.778
Baixas	(1.059)	-	-	-	-	-	-	-	(1.059)
Transferências	-	-	12.377	15.275	5.956	-	(27.745)	(5.863)	-
Em 31 de dezembro de 2023	32.757	10.051	48.889	22.965	26.028	24.651	-	3.775	169.116
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2022	(27.476)	(5.307)	(7.207)	(3.785)	(9.213)	(8.709)	-	(2.627)	(64.324)
Depreciação	(2.288)	(759)	(2.548)	(344)	(2.859)	(1.501)	-	(5)	(10.304)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.764)	(6.066)	(9.755)	(4.129)	(12.072)	(10.210)	-	(2.632)	(74.628)
Depreciação	(1.817)	(797)	(4.089)	(1.446)	(4.158)	(3.566)	-	(5)	(15.878)
Baixas	316	-	-	-	-	-	-	-	316
Em 31 de dezembro de 2023	(31.265)	(6.863)	(13.844)	(5.575)	(16.230)	(13.776)	-	(2.637)	(90.190)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2022	3.966	3.985	26.709	3.490	6.964	14.441	22.220	6.994	88.769
Em 31 de dezembro de 2023	1.492	3.188	35.045	17.390	9.798	10.875	-	1.138	78.926

	Consolidado								Total
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras Imobilizações	
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2022	141.200	9.410	49.765	8.875	31.355	23.635	34.166	47.415	345.821
Adições	5.622	1.828	16.636	2.577	8.475	7.706	528	958	44.330
Baixas	(4.620)	-	-	-	-	-	-	(2)	(4.622)
Transferências	3.164	-	101	(104)	(6.052)	(2)	(1)	2.894	-
Em 31 de dezembro de 2022	145.366	11.238	66.502	11.348	33.778	31.339	34.693	51.265	385.529
Adições	142	5	55	77	1.036	-	8.620	31	9.966
Baixas	(5.759)	-	(18.229)	(4)	-	(2.253)	(386)	-	(26.631)
Transferência	929	35	23.566	15.275	6.296	(743)	(38.849)	(6.509)	-
Em 31 de dezembro de 2023	140.678	11.278	71.894	26.696	41.110	28.343	4.078	44.787	368.864
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2022	(86.804)	(6.009)	(32.183)	(6.377)	(21.956)	(11.672)	-	(42.488)	(207.489)
Depreciação	(24.839)	(868)	(4.430)	(561)	(3.445)	(2.147)	-	(115)	(36.405)
Em 31 de dezembro de 2022	(111.643)	(6.877)	(36.613)	(6.938)	(25.401)	(13.819)	-	(42.603)	(243.894)
Depreciação	(12.341)	(899)	(5.926)	(1.646)	(4.691)	(4.165)	-	(90)	(29.758)
Baixas	3.334	-	17.301	-	-	1.522	-	-	22.157
Em 31 de dezembro de 2023	(120.650)	(7.776)	(25.238)	(8.584)	(30.092)	(16.462)	-	(42.693)	(251.495)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2022	33.723	4.361	29.889	4.410	8.377	17.520	34.693	8.662	141.635
Em 31 de dezembro de 2023	20.028	3.502	46.656	18.112	11.018	11.881	4.078	2.094	117.369

10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

Softwares

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos.

Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios

O ágio (“goodwill”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2022	62.401	139.547	34.642	5.446	6.585	248.621
Adições	13.623	-	-	-	-	13.623
Em 31 de dezembro de 2022	76.024	139.547	34.642	5.446	6.585	262.244
Adições	1.291	-	-	-	-	1.291
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	69.360	139.547	34.642	5.446	6.585	255.580
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2022	(23.087)	-	(23.374)	(4.632)	(6.452)	(57.545)
Amortização	(2.920)	-	(7.518)	(365)	(54)	(10.857)
Em 31 de dezembro de 2022	(26.007)	-	(30.892)	(4.997)	(6.506)	(68.402)
Amortização	(6.960)	-	(3.750)	(365)	(26)	(11.101)
Baixas	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(32.295)	-	(34.642)	(5.362)	(6.532)	(78.831)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2022	50.017	139.547	3.750	449	79	193.842
Em 31 de dezembro de 2023	37.065	139.547	-	84	53	176.749

	Consolidado					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2022	79.052	487.534	227.279	34.463	6.452	834.780
Adições	15.259	-	-	-	-	15.259
Em 31 de dezembro de 2022	94.311	487.534	227.279	34.463	6.452	850.039
Adições	1.463	-	-	-	-	1.463
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	87.819	487.534	227.279	34.463	6.452	843.547
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2022	(24.374)	-	(58.878)	(10.071)	(6.452)	(99.775)
Amortização	(5.575)	-	(45.174)	(6.062)	-	(56.811)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.949)	-	(104.052)	(16.133)	(6.452)	(156.586)
Amortização	(9.124)	-	(41.835)	(6.002)	-	(56.961)
Baixa	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(38.401)	-	(145.887)	(22.135)	(6.452)	(212.875)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2022	64.362	487.534	123.227	18.330	-	693.453
Em 31 de dezembro de 2023	49.418	487.534	81.392	12.328	-	630.672

Teste de recuperabilidade do ativo intangível (“impairment”)

A Administração avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, não sendo identificado nenhum indicador de perda por redução ao valor recuperável.

De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - *Impairment of Assets*) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que existe somente uma única UGC em sua operação, devido à similaridade de operações, similaridade na funcionalidade dos ativos, similaridade nas premissas para projeção de resultados, sinergia entre as operações e, principalmente, uma gestão centralizada do caixa entre as operações.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

(i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro: 15,50% a.a. (13,5% a.a. em 2022). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros. O risco específico é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

(ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% (3,3% em 2022).

(iii) Crescimento de receita: no período de 2024 a 2028, a taxa de crescimento da receita de 17,8% a.a. (11,8% a.a. em 2022) foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn).

(iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.

(v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto
- (ii) Crescimento na perpetuidade

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);
- (iii) Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus).

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- (i) Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações;
- (ii) Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da

perpetuidade de 30,0% este crescimento passa dos 3,5% originalmente considerados para 2,5% o que praticamente não consideraria crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável.

Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 2023 e 2022.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos

11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
% - Taxa ao ano					
Capital de giro	CDI + 1,9% a 3,0% e pré-fixada de 13%	374.713	196.127	380.437	198.788
Debêntures	CDI	73.669	301.295	73.669	301.295
FIDC (a)		-	11.325	-	-
Outros	pré-fixada de 0,77% a 8,70%	151	11.989	2.358	11.989
		448.533	520.736	456.464	512.072
Custos de transação		(2.721)	(1.807)	(2.721)	(1.807)
		445.812	518.929	453.743	510.265
Circulante		261.621	30.399	269.552	20.605
Não circulante		184.191	488.530	184.191	489.660

(a) Refere-se a obrigação da Companhia em pagar pelos direitos creditórios de fornecedores que foram cedidos ao FIDC. O saldo a pagar da Controladora é eliminado contra o contas a receber do FIDC durante o processo de consolidação das demonstrações financeiras.

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2025	87.206	87.206
2026	50.086	50.086
2027	32.789	32.789
2028	14.110	14.110
	184.191	184.191

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	374.864	382.795
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	73.669	73.669

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, almejando reestruturar os débitos decorrentes dos instrumentos de dívida. Tal acordo permitiu a Companhia um waiver com relação a mensuração dos índices financeiros e demais obrigações.

Com relação as Debêntures, em 04 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de covenants para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas (“Covenants”), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos.

11.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de *equity swap* existentes, vinculados ao contrato de recompra de ações, são mensurados ao valor justo. Os valores apurados no final do período podem ser assim apresentados:

Valor nocial	Valor justo		
	Ponta ativa a receber	Ponta passiva (a pagar)	Líquido a receber / (a pagar)
20.113	736	(27.405)	(26.669)
4.868	195	(5.545)	(5.350)
	931	(32.950)	(32.019)

O valor justo é apresentado no passivo circulante dado que a liquidação financeira é esperada para 20 de junho de 2024.

12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos

Caminhões: 5 anos

Sistemas de monitoramento: 5 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.4.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o período:

Controladora						
Vida útil (anos)	2022	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2023	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	205.510	1.733	(14.895)	(37.315)	155.033
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		256.310	1.733	(14.895)	(48.186)	194.962

Controladora						
Vida útil (anos)	2021	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2022	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	214.735	29.665	(84)	(38.806)	205.510
Caminhões	5	146	52.937	-	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	-	(283)	539
		215.734	82.571	(84)	(41.911)	256.310

Consolidado						
Vida útil (anos)	2022	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2023	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	267.601	1.816	(46.303)	(59.640)	163.473
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		318.401	1.816	(46.303)	(70.511)	203.402

Consolidado						
Vida útil (anos)	2021	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2022	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	256.054	86.982	(9.380)	(66.055)	267.601
Caminhões	5	146	52.937	-	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	-	(283)	539
		257.053	139.888	(9.380)	(69.160)	318.401

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos

passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo nominal	340.305	421.013	354.123	501.977
(-) Juros embutidos	(89.096)	(120.074)	(90.397)	(132.603)
	251.209	300.939	263.726	369.374
Passivo circulante	55.404	51.262	62.038	81.189
Passivo não circulante	195.805	249.677	201.688	288.185

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24.

Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2025	39.443	43.264
2026	35.623	37.686
2027	32.368	32.368
2028	24.881	24.881
De 2029 em diante	63.490	63.489
	195.805	201.688

Taxa incremental

Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos.

A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

13. Fornecedores e Outros passivos

13.1 Fornecedores e operações de risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	86.689	39.296	116.835	41.054
Risco sacado (a)	31.443	114.135	33.736	141.353
	118.132	153.431	150.571	182.407
Passivo circulante	109.751	153.431	140.272	182.407
Passivo não circulante	8.381	-	10.299	-

- (a) A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores de fretes a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Companhia ampliou sua oferta para fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros. Apesar do aumento do volume disponibilizado a Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

13.2 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2022
Provisão para custos e perdas operacionais (a)	21.710	19.083	24.312	11.694
Contas a pagar conversíveis (b)	20.000	-	20.000	-
Provisão de bônus e participação nos lucros	-	755	-	755
Provisão para benefícios a funcionários	501	144	843	144
	42.211	19.982	45.155	12.593
Passivo circulante	42.211	19.982	45.155	12.441
Passivo não circulante	-	-	-	152

(a) Trata-se de provisões que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração e ainda terão o valor aprovado após a conclusão da prestação.

(b) A Companhia assumiu obrigações relacionadas a distratos contratuais que serão pagas em instrumentos conversíveis. O registro no passivo circulante se dá pelo fato dos instrumentos conversíveis ainda não terem sido emitidos.

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	3.912	5.848	7.256	11.684
Provisão para férias e 13º salário	10.585	14.701	14.345	24.813
Encargos sociais	21.671	9.899	31.725	14.509
Impostos federais sobre a receita	47.974	40.125	120.672	56.188
Impostos federais sobre serviços de terceiros	9.569	4.576	25.331	6.444
IRPJ e CSLL	8.614	4.979	11.087	8.961
Processos trabalhistas a pagar	260	93	899	948
Parcelamento dos impostos (a)	58.355	9.177	84.644	65.021
	160.940	89.398	295.959	188.568
Circulante	121.109	83.844	238.281	149.100
Não circulante	39.831	5.554	57.678	39.468

- (a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos estaduais e federais que foram homologados no pagamento da primeira parcela. As controladas já haviam aderido a planos de parcelamentos tributários ordinários e simplificados antes da aquisição pela Companhia. A abertura do saldo por esfera pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Federal	35.500	6.233	51.897	51.705
Estadual	21.758	2.944	31.501	10.348
Municipal	1.097	-	1.246	2.968
	58.355	9.177	84.644	65.021

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2025	13.952	20.268
2026	11.291	16.296
2027	10.636	14.804
De 2028 em diante	3.952	6.310
	39.831	57.678

15. Provisões para demandas judiciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perdas prováveis	15.562	3.991	174.309	33.961
Passivos contingentes	1.385	3.265	6.251	75.440
	16.947	7.256	180.560	109.401

15.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera a perda histórica (condenações e acordos homologados) e a totalidade das ações em andamento, independente da estimativa de perda, por isso, não há valores de perda possível de natureza trabalhista a divulgar.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	4.577	600	-	5.177
Pagamento de processos	(2.828)	-	-	(2.828)
Complemento/(reversão) de provisão	1.422	220	-	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.171	820	-	3.991
Pagamento de processos	(1.785)	-	-	(1.785)
Complemento/(reversão) de provisão	9.559	2.830	967	13.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.945	3.650	967	15.562

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	3.171	820	-	3.991
Pagamento de processos	(7.828)	-	-	(7.828)
Complemento/(reversão) de provisão	(582)	5.407	5.311	10.136
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.440	19.570	6.951	33.961
Pagamento de processos	(3.406)	-	-	(3.406)
Complemento/(reversão) de provisão	14.829	(916)	129.841	143.754
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.863	18.654	136.792	174.309

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, são partes em aproximadamente 1.879 reclamações trabalhistas (1.140 em 31 de dezembro de 2022) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues.

Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS.

15.2. Passivos contingentes

Mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, de acordo com CPC 15 - Combinação de Negócios.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos possíveis oriundos do processo de aquisição das adquiridas apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	-	-	11.532	11.532
Prescrição	-	-	(8.267)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	3.265	3.265
Prescrição	-	-	(1.880)	(1.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	1.385	1.385

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	13.541	6.456	144.409	164.406
Prescrição	(10.523)	(724)	(77.719)	(88.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.018	5.732	66.690	75.440
Prescrição	(3.018)	(867)	(65.304)	(69.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	4.865	1.386	6.251

15.3. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	92.501	9.144	138.469	26.207

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues e pedidos de revisão de cláusulas contratuais de prestadores de serviços.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$915.155 (R\$655.649 em 31 de dezembro de 2022), composto por 351.837.605 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (140.287.686 em 2022), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

	Ações	Participação
Ações com administradores	15.975.908	4,54%
Ações em circulação	335.861.697	95,46%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	351.837.605	100%

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R\$	Ações
23 de janeiro de 2023 (a)	478	265.941
6 de fevereiro de 2023 (a)	55	30.890
11 de abril de 2023 (a)	211	117.496
5 de julho de 2023 (b)	99.425	66.283.420
14 de novembro de 2023 (c)	137.176	124.705.664
14 de dezembro de 2023 (c)	22.161	20.146.508
	259.506	211.549.919

- (a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações.
- (b) O Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, conforme deliberação aprovada em 24 de abril de 2023.
- (c) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão da 4ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota 16.4.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R\$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

16.2. Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$9.969 foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2023, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$6.911 (R\$18.616 em 2022).

Distribuição de lucros

Em 2023 e 2022, a Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros acumulados e não distribuiu Juros sobre capital próprio.

Segundo o Estatuto Social, o lucro líquido anual terá a seguinte destinação:

(a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação na constituição da Reserva legal, que não excederá 20% do capital social;

- (b) 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela Reserva legal e demais hipóteses previstas em Lei será assegurado aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório;
- (c) Uma parcela, por proposta da Administração, poderá ser destinada para a formação de Reserva de contingência; e
- (d) O saldo remanescente terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Quando aplicável, a destinação do lucro líquido será aprovada pela Assembleia Geral. Em 2023, como não foi apresentado lucro líquido, o prejuízo será somado aos prejuízos acumulados.

16.3. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos, administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações.

O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica “despesas com pessoal”) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave.

Em AGE de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**Plano 2**”), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 2 de junho de 2021, foi aprovado o Primeiro Programa de Opções de Compra de ações no âmbito do Plano 2 (“Primeiro Programa”). Em 9 de agosto de 2022 e 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e no Primeiro Programa e que em decorrência dessas

alterações, as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram realizadas visando substituir as outorgas revogadas.

As principais características do Primeiro Programa são as seguintes:

Limite de 10% do total de ações ordinárias

Período de *vesting*: 25% no primeiro aniversário, 25% no segundo aniversário, 25% no terceiro aniversário e 25% no quarto e último aniversário.

Preço de exercício: R\$0,21

Prazo extintivo: 4 anos a partir da data de outorga ou em caso de término do vínculo empregatício por vontade do beneficiário, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*; em caso de desligamento por vontade da Companhia por justa causa, as opções serão consideradas automaticamente extintas; em caso de desligamento por vontade da Companhia sem justa causa, o beneficiário terá 6 meses para o exercício das opções *vested*.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“*constructive obligation*”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção, considera o “tempo de permanência do executivo” e utilizou-se o modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes*. A substituição das outorgas gerou impactos no aumento do valor justo das opções, dado que ocorreu benefício aos outorgados, conforme previsto pelo CPC 10 – Pagamento base em ações.

As principais informações relativas ao **Plano 2** estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2023						Quantidade de opções				
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	set/22	set/22	set/28	R\$0,21	R\$3,32	4.110.000	-	-	4.110.000	-
						4.110.000	-	-	4.110.000	-

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1		Plano 2		Total
	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Opções
Em 1º de janeiro de 2022	1,79	2.140.156	-	-	2.140.156
Outorgadas	-	-	5,15	4.110.000	4.110.000
Exercidas	2,19	(856.577)	-	-	(856.577)
Expiradas	1,79	(122.051)	-	-	(122.051)
Em 31 de dezembro de 2022	1,79	1.161.528	5,15	4.110.000	5.271.528
Outorgadas	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-
Expiradas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	1,79	1.161.528	5,15	4.110.000	5.271.528

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada no resultado da Controladora em 2023 foi de R\$2.077 (R\$2.592 no mesmo período de 2022).

16.4. Debêntures conversíveis

Em 17 de outubro de 2023, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

- Quantidade: 341.546
- Valor unitário: R\$1
- Total emitido: R\$341.546
- Primeira série: R\$241.546, a ser integralizada mediante a conversão das debêntures da 3ª emissão
- Segunda série R\$100.000, integralizado em moeda corrente em 17 de outubro de 2013.
- Remuneração: pré-fixado de 12,6825%
- Vencimento: 29 de dezembro de 2024

As debêntures conversíveis foram classificadas no Patrimônio líquido dado a sua classificação contábil de Instrumento patrimonial. A remuneração é registrada em despesas financeiras, no resultado. No ano de 2023, houve o registro de R\$6.687 de atualização monetária das debêntures. Quando da conversão das debêntures em ações, o ágio ou deságio é classificado no Patrimônio líquido, considerando se tratar de uma transação entre acionistas. No ano de 2023, houve o registro de R\$42.738 relacionado a conversão de debêntures em ações.

Para emissão das debêntures conversíveis, a Companhia teve o gasto de R\$2.221, o qual foi registrado em conta específica no Patrimônio líquido.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	R\$	Debêntures
Integralização das debêntures conversíveis	341.546	341.546
Conversão em 14 de novembro de 2023	(94.239)	(94.239)
Conversão em 14 de novembro de 2023	(22.360)	(22.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	224.947	224.947

16.5. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2023	2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	190.152	140.011
Resultado por ação básico - em R\$	(4,32402)	(0,76331)

O resultado por ação diluído é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e debêntures conversíveis e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 215.940.455 ações (5.288.741 ações em 2022). Devido ao fato da Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro 2023, as opções de compra de ações e as debêntures conversíveis não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo diluído	
	2023	2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	190.152	140.011
Resultado por ação diluído - em R\$	(4,32402)	(0,76331)

17. Receita operacional líquida

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviço de operação logística e transporte	687.197	1.538.036	874.348	2.145.989
Impostos incidentes	(99.490)	(241.682)	(129.607)	(341.666)
	587.707	1.296.354	744.741	1.804.323

18. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos.

A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Gastos com:				
Distribuição e transporte (a)	(422.695)	(719.314)	(527.431)	(1.078.466)
Pessoal	(218.005)	(263.857)	(317.457)	(439.121)
Depreciação e amortização	(21.859)	(17.493)	(80.418)	(87.137)
Amortização - direito de uso	(48.186)	(41.912)	(70.511)	(69.159)
Vendas	(8.787)	(32.970)	(11.250)	(39.419)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(129.849)	(68.941)	(196.997)	(73.541)
Gerais e administrativas (b)	(42.688)	(57.064)	(56.387)	(74.821)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(28.935)	6.625	(92.914)	78.830
Serviços de terceiros	(23.743)	(25.527)	(30.900)	(28.089)
	(944.747)	(1.220.453)	(1.384.265)	(1.810.923)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(627.939)	(971.809)	(831.536)	(1.490.718)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(316.808)	(248.644)	(552.729)	(320.205)
	(944.747)	(1.220.453)	(1.384.265)	(1.810.923)

- (a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.
- (b) Referem-se a gastos com manutenções em centros administrativos, licenciamentos de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos incorridos na gestão.

19. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de preço (a)	8.943	5.942	(36.732)	5.942
Venda de investimento (vide nota 8.2)	(9.507)	13.732	(9.507)	13.732
Outras despesas e receitas (b)	(18.841)	39.056	(13.950)	55.430
	(19.405)	58.730	(60.189)	75.104

- (a) Em 2022, refere-se a ajuste de preço da aquisição da YEP e, em 2023, refere-se a acordo realizado com os vendedores da Lotus, TA, Plimor e Prime, ambos formalizados após 12 meses da data de aquisição do investimento.
- (b) Em 2022, refere-se a créditos tributários extemporâneos oriundos do recálculo do INSS, conforme nota 7, e resultado líquido da venda de ativos, salvados e etc. Em 2023, refere-se a resultado líquido na baixa de ativos.

20. Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros sobre passivo de arrendamento	(28.735)	(29.830)	(34.606)	(36.314)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(97.901)	(69.773)	(98.619)	(70.209)
Juros sobre contas a pagar por aquisição de investimentos	(3.235)	(5.318)	(7.381)	(12.281)
Resultado líquido de instrumentos financeiros (swap)	(15.351)	(41.595)	(15.351)	(41.595)
Juros sobre atualização tributária e outros passivos	(35.238)	(23.667)	(66.323)	(33.312)
Juros s/ antecipação de recebíveis	(3.689)	(12.614)	(3.689)	(12.705)
Outras despesas financeiras	(18.603)	(2.327)	(29.312)	(4.703)
	(202.752)	(185.124)	(255.281)	(211.119)
<u>Receitas financeiras:</u>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.800	7.683	3.847	7.954
Atualização sobre créditos tributários	-	5.230	-	7.835
Descontos obtidos	1.640	788	2.926	1.485
Outras receitas financeiras	596	511	1.632	1.496
	6.036	14.212	8.405	18.770
	(196.716)	(170.912)	(246.876)	(192.349)

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	167.853	66.664	167.853	66.664
Provisão para demandas judiciais	5.012	1.605	41.111	11.660
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	16.806	11.675	24.025	15.371
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	21.096	15.617	42.429	36.950
Diferenças Temporárias - Ágio fiscal	(32.288)	(29.522)	(68.925)	(40.442)
Passivo de arrendamento	20.696	14.855	29.960	18.107
Instrumentos financeiros derivativos	10.887	13.387	10.887	13.387
Crédito extemporâneo	(2.241)	(4.178)	(6.611)	(8.854)
	207.821	90.103	240.729	112.843

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	90.103	65.046	112.843	87.046
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	101.189	(1.061)	101.189	(1.061)
Diferenças temporárias	16.529	26.118	26.697	26.858
	117.718	25.057	127.886	25.797
Movimentações patrimoniais:				
Diferenças temporárias	-	-	-	-
	-	-	-	-
Saldo final	207.821	90.103	240.729	112.843

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(939.940)	(131.215)	(950.108)	(131.955)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	319.580	44.613	323.037	44.865
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(119.553)	(26.969)	(598)	(2.091)
Plano de pagamento baseado em ações	(708)	(881)	(709)	(881)
Reserva de incentivos fiscais	1.508	6.330	2.350	9.992
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(85.383)	-	(198.146)	(28.581)
Outras diferenças permanentes	2.274	1.250	1.952	1.779
Efeito no resultado	117.718	24.343	127.886	25.083
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(714)	-	(714)
Imposto de renda e contribuição social diferido	117.718	25.057	127.886	25.797
Taxa efetiva	13%	19%	13%	19%

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos. Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2023 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	3.598	3.598
2025	22.225	22.225
2026	25.236	25.236
2027	28.286	28.286
2028	35.513	35.513
2029	43.519	43.519
2030	9.476	9.476
	167.853	167.853
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias (a)	39.968	72.876
	207.821	240.729

- (a) Esses impostos são constituídos visando fazer frente a transações específicas que não possuem prazo específico para o início de sua utilização, como por exemplo, dependem da incorporação de empresas ou da liquidação de processos tributários, motivo pelo qual não constam na realização anual.

As projeções consideram as seguintes principais premissas:

- (i) Projeção de fluxo de caixa para 10 anos.
- (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento da receita de 17,8% ao ano no período de 2024 a 2028 (11,6% ao ano em 2022) é estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn).
- (iii) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da Companhia, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.

A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário:

- (i) Manutenção do crescimento na prestação de serviços de clientes que operam no mercado de e-commerce, o qual encontra-se em expansão;
- (ii) Manutenção do crescimento na prestação de serviços em novas regiões geográficas e novas áreas de atuação, cujo conhecimento foi obtido através da aquisição de empresas;
- (iii) Redução dos encargos financeiros apropriados ao resultado com a amortização dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures;
- (iv) Estabilização das operações e ganho de sinergia nas operações das empresas adquiridas, resultando numa maior rentabilidade financeira;
- (v) Manutenção da estratégia de baixo investimento em ativo fixo; e
- (vi) Ganho de produtividade e redução de mão de obra com o contínuo investimento em automação.

O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

Num cenário de piora de 5% dos índices de inflação e redução de 30% do crescimento de receita, a Companhia realiza o ativo fiscal diferido em 7 anos (até 2030).

22. Transações com partes relacionadas

Transações comerciais

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas compatíveis

com as praticadas com terceiros, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

	Controladora		
	Passivo	Passivo	Custo
	Fornecedores	Outros passivos	
Transportadora Americana	-	1.841	(1.767)

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Despesas administrativas
Transportadora Americana	13.611	(9.638)	-
	13.611	(9.638)	-

Transações financeiras

A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Transportadora Americana	-	(69.441)	-
Frenet	-	(18.900)	-
Drops	1.743	-	-
	1.743	(88.342)	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2023	2022
Remuneração direta	6.646	8.078
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	2.088	2.426

23. Cobertura de seguros

Descrição da cobertura	Cobertura em R\$
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou Inundação	194.042
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	45.796
Lucros cessantes	69.638
Responsabilidade civil	91.000
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	5.000
Perda ou pagamento de aluguel	10.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (sprinklers) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	8.450
Danos elétricos	1.000
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Tumulto, greve ou lock-out	100
Quebra de vidros e anúncios luminosos	200
Recomposição de registros ou documentos	100

Os veículos possuem seguro com cobertura de 100% do valor do veículo considerado na tabela FIPE.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora				
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Instrumentos financeiros derivativos	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	370.407	6.946	(1.486)	245.439	621.306
Fluxos de caixa	(476.158)	-	-	(36.689)	(512.847)
Juros pagos	(63.814)	-	-	(19.243)	(83.057)
Juros provisionados	67.708	-	2.065	29.830	99.603
Novos arrendamentos	-	-	-	82.571	82.571
Novas captações	622.594	-	(2.386)	-	620.208
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	32.428	-	-	32.428
Baixas	(1)	-	-	(969)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	520.736	39.374	(1.807)	300.939	859.242
Fluxos de caixa	(159.527)	(22.706)	-	(63.673)	(245.906)
Juros pagos	(61.281)	-	-	-	(61.281)
Juros provisionados	94.627	-	3.194	30.594	128.415
Novos arrendamentos	-	-	-	1.733	1.733
Novas captações	295.524	-	(4.108)	-	291.416
Conversão em debêntures	(241.546)	-	-	-	(241.546)
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	15.351	-	-	15.351
Baixas	-	-	-	(18.384)	(18.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	448.533	32.019	(2.721)	251.209	729.040

	Consolidado				
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Instrumentos financeiros derivativos	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	374.472	6.946	(1.486)	295.132	675.064
Fluxos de caixa	(477.572)	-	-	(60.237)	(537.809)
Juros pagos	(64.240)	-	-	(26.072)	(90.312)
Juros provisionados	68.144	-	2.065	36.314	106.523
Novos arrendamentos	-	-	-	139.888	139.888
Novas captações	611.269	-	(2.386)	-	608.883
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	32.428	-	-	32.428
Baixas	(1)	-	-	(15.651)	(15.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	512.072	39.374	(1.807)	369.374	919.013
Fluxos de caixa	(162.964)	(22.707)	-	(74.966)	(260.637)
Juros pagos	(61.256)	-	-	-	(61.256)
Juros provisionados	95.344	-	3.194	36.326	134.864
Novos arrendamentos	-	-	-	1.816	1.816
Novas captações	315.084	-	(4.108)	-	310.976
Conversão em debêntures	(241.546)	-	-	-	(241.546)
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	15.352	-	-	15.352
Baixas	-	-	-	(68.824)	(68.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	456.464	32.019	(2.721)	263.726	749.488

25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de preço por aquisição de controlada	(8.943)	5.942	(20.091)	5.942
Novos contratos de arrendamento	1.733	82.571	1.816	139.888
Contingências de caráter indenizatório	(15)	(663)	(379)	7.917

26. Eventos subsequentes

Emissão da 6º debêntures

Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6º emissão) com previsão de conclusão em abril de 2024.

Aquisição da Move3

Em 28 de março de 2024, a Transportadora Americana concluiu a aquisição de 13,12% da Move3 Administração e Participações S.A. ("Move3") pelo valor de R\$50.000 mil. Ato subsequente, a Transportadora Americana incorporará a Move3, mediante a emissão de 331.000.000 novas ações pela Transportadora Americana. Após, a Companhia realizará a incorporação da Transportadora Americana, na qual os antigos acionistas da Move3 receberão 726.830.161 ações de emissão da Companhia.
